



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2019

Modifica os arts. 53, 86, 96, 102, 105 e 108 da  
Constituição Federal, para prever a possibilidade  
de renúncia ao foro por prerrogativa de função.



SF/19824.46580-07

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos  
termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte  
Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes  
alterações:

“Art. 53. ....

.....

§ 9º Os Deputados e os Senadores podem, até o encerramento  
da instrução criminal, renunciar ao foro por prerrogativa de função,  
mediante manifestação formal e irretratável apresentada à Mesa da  
Casa respectiva e ao Supremo Tribunal Federal.

§ 10. A renúncia ao foro por prerrogativa de função produz  
efeitos apenas em relação ao mandato em que realizada.” (NR)

“Art. 86. ....

.....

§ 5º O Presidente da República pode, até o encerramento da  
instrução criminal, renunciar ao foro por prerrogativa de função, nas  
infrações penais comuns, mediante manifestação formal e  
irretratável apresentada ao Supremo Tribunal Federal.

§ 6º A renúncia ao foro por prerrogativa de função produz  
efeitos apenas em relação ao mandato em que realizada.” (NR)

“Art. 96. ....

.....

Página: 1/12 10/09/2019 18:15:42

7c9bc3c13e7143493d36ac0f0e3b6a61859d5f88

Recebido em 11/9/19  
Hora: 18:41

Rafaela Bressan Saldanha - Mat. 315749  
SGM/SLSF





*Parágrafo único.* Os juízes e os membros do Ministério Público podem, até o encerramento da instrução criminal, renunciar ao foro por prerrogativa de função, mediante manifestação formal e irretratável apresentada ao Tribunal.” (NR)

“Art. 102. ....

§ 4º As pessoas referidas nas alíneas *b* e *c* do inciso I podem, até o encerramento da instrução criminal, renunciar ao foro por prerrogativa de função, nas infrações penais comuns, mediante manifestação formal e irretratável apresentada ao Supremo Tribunal Federal.” (NR)

“Art. 105. ....

§ 1º .....

§ 2º As pessoas referidas na alínea *a* do inciso I podem, até o encerramento da instrução criminal, renunciar ao foro por prerrogativa de função, nas infrações penais comuns, mediante manifestação formal e irretratável apresentada ao Superior Tribunal de Justiça.” (NR)

“Art. 108. ....

*Parágrafo único.* Os juízes e membros do Ministério Público a que se refere a alínea *a* do inciso I podem, até o encerramento da instrução criminal, renunciar ao foro por prerrogativa de função, nas infrações penais comuns, mediante manifestação formal e irretratável apresentada ao Tribunal.” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O foro por prerrogativa de função é um caso exemplar de uma ideia originalmente boa, mas quer foi deturpada ao longo do tempo. Criado para evitar perseguições judiciais, terminou, entre nós, tornando-se apanágio







para corruptos que conseguem, mediante diversas manobras, livrar-se da devida punição de seus atos.

A situação se torna ainda mais dramática quando verificamos que, no Brasil, mais de 54 mil autoridades são detentoras de foro especial, seja ele atribuído pela Constituição Federal, seja pelas Constituições Estaduais. Essa foi a conclusão de estudo publicado pela Consultoria Legislativa desta Casa (cf. CAVALCANTE FILHO, João Trindade; LIMA, Frederico Retes. **Foro, Prerrogativa e Privilégio. Quantas e quais autoridades têm foro no Brasil?** Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Abril/2017, Texto para Discussão nº 233). Tal situação, aliás, não mudou muito, na prática, com a decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida na Questão de Ordem na Ação Penal nº 927/RJ. Isso porque tal louvável julgado apenas restringiu o alcance dos delitos em que se aplica o foro, mas não o excessivo número de autoridades com tal prerrogativa. Fixou, porém, um marco temporal final para a duração do foro, qual seja, o término da instrução criminal.

Muitas vezes, a desculpa utilizada é a de que até se quereria renunciar ao foro, mas, como as prerrogativas do cargo são irrenunciáveis, tal não seria possível. Há, aliás, casos de parlamentares que de boa-fé chegaram a requerer ao STF a renúncia ao foro, mas a Corte inferiu tais pleitos.

É chegada a hora de modificar esse estado de coisas. É preciso facultar ao detentor de mandato eletivo ou de outra função pública que, mediante manifestação expressa e irrevogável, possa, querendo, renunciar ao foro. É claro que tal renúncia será uma faculdade, mas gerará, inclusive, uma pressão política para que quem não tem nada a temer assim aja.

No regramento que ora propomos, será possível renunciar ao foro mediante manifestação expressa e irrevogável – nas infrações penais comuns, já que, nos crimes de responsabilidade, o julgamento político a eles inerente assim o impede. No caso de detentores de mandato eletivo, a renúncia será aplicável ao mandato em curso. Entendemos que assim será possível equalizar a existência do foro com o combate à corrupção e aos privilégios.

Tal comunicação da renúncia do foro deve ser feita ao Tribunal com competência para julgar a autoridade – e, no caso dos parlamentares





(arts. 53, 27 e 32, da CF), também à Mesa da Casa respectiva. Vale registrar que, em relação aos parlamentares, já desde a Emenda Constitucional (EC) nº 35, de 2001, não se exige mais a autorização ou licença prévia da Casa para a abertura de processo-crime. Contudo, uma vez que a Casa pode sustar o andamento da ação penal (CF, art. 53, §§ 3º e seguintes), então se faz necessária a comunicação também à Mesa Diretora. Esclarecemos, ainda, que, no regramento que ora estamos propondo, a renúncia ao foro poderá ocorrer até o término da instrução criminal (que ocorre, como se sabe, com o interrogatório do réu), para usar o mesmo marco temporal definido pelo STF na citada Questão de Ordem na Ação Penal nº 927/RJ.

Com esse regramento, cremos ter alcançado um estágio que permitirá ao detentor do foro abrir mão dessa prerrogativa, tão imoral quanto ultrapassada. Isso permitirá, inclusive, separar o joio do trigo, aqueles que nada têm a temer daqueles que ainda não entenderam por completo o significado do princípio republicano.

Por todos esses motivos, apresentamos esta Proposta de Emenda à Constituição, na esperança de que tenha rápida tramitação e aprovação.

Sala das Sessões,

  
Senador EDUARDO GIRÃO



SF/19824.46580-07

Página: 4/12 10/09/2019 18:15:42

7c9bc3c13e7143493d36ac0f0e3b6a61859d5f88

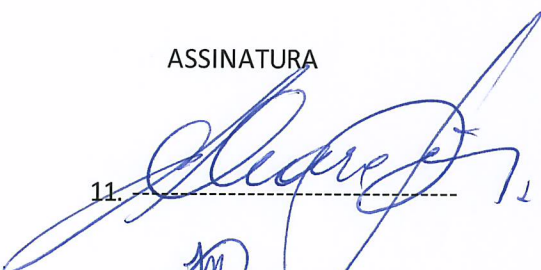


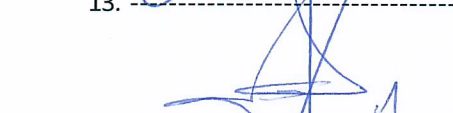
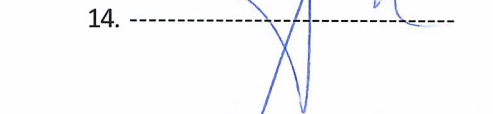
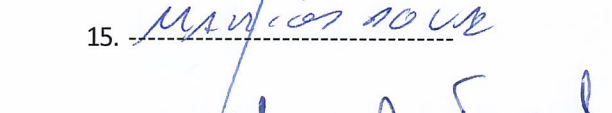
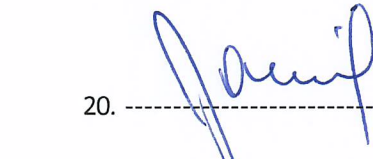








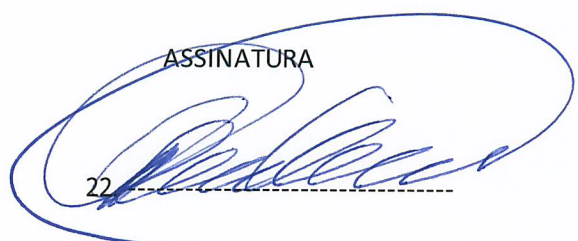

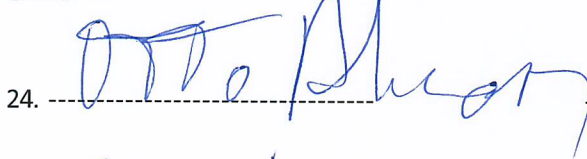

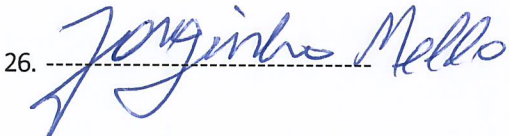
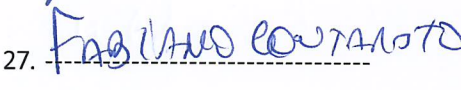

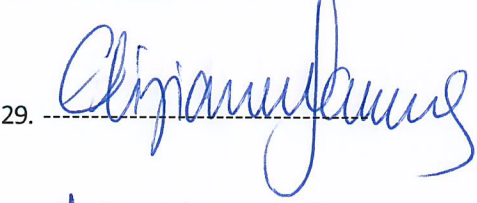
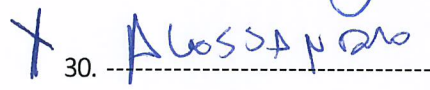
Modifica os arts. 53, 86, 96, 102, 105 e 108 da Constituição Federal, para prever a possibilidade de renúncia ao foro por prerrogativa de função.

ASSINATURA	NOME
11. 	Paulo Sérgio
12. 	REGUFFE
13. 	Weverton
14. 	Jairo
15. 	Marcos
16. 	Nelson
17. Flávio Arnus	Flávio Arnus
18. Lucas Barreto	Lucas Barreto
19. Plínio	Plínio
20. 	Jairo
21. Romário Faria	Romário Faria





Modifica os arts. 53, 86, 96, 102, 105 e 108 da Constituição Federal, para prever a possibilidade de renúncia ao foro por prerrogativa de função.

ASSINATURA	NOME
22. 	AROLDE
23. 	Roberto de Almeida
24. 	Otto Blum
25. 	ITALI
26. 	Jorgeinho Mello
27. 	Engenheiro Coutinho
28. 	Edeuário Farias
29. 	Cláudio Faria
30. 	Aloisio Pires
31. _____	_____



SF/19824.46580-07

Página: 7/12 10/09/2019 18:15:42

7c9bc3c13e7143493d36ac0f0e3b6a61859d5f88

